

NARRATIVIZAÇÃO IDENTITÁRIA NO GÊNERO REPORTAGEM DE REVISTA SEMANAL DE INFORMAÇÃO

Amanda O. Rechetnicouⁱ (UEG)
Sostenes Limaⁱⁱ (UEG)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre o modo como o gênero reportagem constrói narrativizações identitárias para atores sociais do cenário político brasileiro e como, por desse gênero, a revista semanal de informação se posiciona no campo político-ideológico. Focamos no problema social que envolve o uso do gênero reportagem para a legitimação de modos específicos de identificar atores sociais do campo político. Inicialmente, apresentamos uma discussão em torno do conceito de narrativização identitária e, em seguida, analisamos uma reportagem da revista *Veja*, partindo das proposições teórico-metodológicas da Análise Crítica de Gêneros (ACG). A partir da análise de alguns procedimentos retóricos peculiares ao gênero reportagem – avaliação (sistema de avaliatividade), metáforas e intertextualidade –, buscamos investigar a construção da narrativização em torno da identificação de certos atores sociais. A partir disso, apontamos o papel da narrativização identitária no gênero reportagem para a construção de modos particulares de identificar atores sociais. Observamos, ainda, como a narrativização identitária serve aos propósitos particulares da revista semanal de informação em relação a seus posicionamentos político-ideológicos.

Palavras-chave: Narrativização identitária. Gênero reportagem. Revista semanal de informação. Análise Crítica de Gêneros.

Introdução

Este trabalho busca discutir sobre a construção da narrativização identitária no gênero reportagem e sobre o modo como a revista semanal de informação, por meio desse gênero discursivo, constrói modos particulares de identificação de atores sociais do âmbito político. Partimos da hipótese de que, a partir do gênero reportagem, narrativizações identitárias são construídas com o propósito de sustentar e legitimar posicionamentos políticos específicos. Consideramos, nesse sentido, a construção identitária de atores sociais políticos em reportagens como um problema social e discursivo, que merece atenção principalmente por estar associado a práticas de manipulação midiática e política.

O trabalho apresenta, por conseguinte, uma análise de reportagem da revista *Veja* para subsidiar a discussão. Essa análise parte de categorias analíticas baseadas em procedimentos retórico-discursivos peculiares ao gênero, com o intuito de apontar estratégias de construção de narrativizações identitárias e seus efeitos discursivos e ideológicos.

Para tanto, apresentamos a seguir uma breve discussão do conceito de narrativização identitária, considerando aspectos relacionados ao gênero reportagem e à revista semanal de

informação. Em seguida, apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos que subsidiam a análise aqui proposta e, na seção seguinte, analisamos e discutimos uma amostra de reportagem, com foco no modo como se constrói a narrativização identitária.

1 Sobre o conceito de narrativização identitária

Tomamos o conceito de narrativização segundo Thompson (2011). Para o autor, a narrativização trata-se de uma estratégia de operação da ideologia a partir de histórias que são representadas e/ou reproduzidas como legítimas, justas e dignas de apoio. Thompson (2011, p. 83) explica que, na estratégia da narrativização, as “exigências [da legitimação] estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável”.

Nessa perspectiva, relações de dominação podem ser sustentadas pelo fato de serem representadas em processos narrativos que tornam legítimos modos particulares de representação. Na construção dessa estratégia, experiências e fenômenos da realidade social transformam-se numa espécie de “história romantizada” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 129), que resulta de um relato que passa a ter uma configuração narrativa particular.

A narrativização não constrói por si só uma narração que favorece a manutenção de relações de dominação. Componentes linguísticos e discursivos específicos são fundamentais para o processo de narrativizar. Esses componentes podem atuar na constituição de narrativizações voltadas para a legitimação de discursos particulares, de ações sociais ou de modos específicos de identificar atores sociais. Como buscamos chegar a uma definição dos processos de narrativização identitária, damos enfoque à construção associada a modos de identificação.

Partimos, nesse sentido, da concepção de Fairclough (2003). O autor opta por usar mais frequentemente o termo identificação, para enfatizar o processo contínuo em que as pessoas se identificam e são identificadas por outras. A identificação diz respeito ao processo de construção das identidades, um processo nunca completado, nunca determinado completamente (HALL, 2014), já que as identidades “não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Nessa conjuntura, chamamos de *narrativização identitária* o processo narrativo em que gêneros contam histórias que, voluntariamente ou não, constroem modos de identificar atores sociais. Essa estratégia, portanto, é usada para tornar legítimas e dignas de apoio maneiras específicas de identificação. É uma estratégia de operação de ideologias dominantes a respeito do que se é.

A narrativização identitária pode construir em gêneros estereótipos e modos de identificação negativos – por meio da exclusão ou da marginalização – bem como pode construir identificações que superam as ideologias postas, abrindo possibilidades de ação de grupos desprivilegiados. Por meio dessa estratégia, gêneros específicos podem agir nas práticas sociais influenciando construções identitárias que sustentam ou superam relações de dominação. Em narrativas jornalísticas, por exemplo, é comum que a narrativização identitária sirva a construções de modos de identificação que legitimam o poder de grupos sociais dominantes e justificam a distribuição desigual de recursos.

Consideramos, em suma, que a análise da narrativização identitária pode contribuir para a compreensão de como gêneros jornalísticos atuam na legitimação de discursos e identificações particulares. Na análise do gênero reportagem, temos por objetivo apontar possíveis elementos que constroem a narrativização identitária e, por meio disso, mostrar como essa estratégia atua na construção de modos particulares de identificar certos atores sociais do cenário político.

2 Sobre o percurso teórico-analítico

Adotamos aqui concepções teórico-metodológicas da Análise Crítica de Gêneros (ACG), buscando nessa perspectiva bases para a análise do gênero reportagem. Partimos de trabalhos

desenvolvidos especialmente por Bhatia (2004, 2007, 2008), Bonini (2010, 2012), Motta-Roth (2008, 2011) e Lima (2013).

Segundo Bonini (2012), a ACG é uma abordagem que, influenciada principalmente pela Análise de Discurso Crítica (ADC), se insere nos estudos da ciência social crítica. Isso porque desenvolve estudos da linguagem que visam contribuir para a emancipação social, ao buscar desvelar e conscientizar sobre os efeitos discursivos e ideológicos construídos e reproduzidos por meio de gêneros.

Nessa perspectiva, a análise de gêneros passou cada vez mais a acentuar a relação entre gêneros e problemas sociais. Passou, ainda, a considerar a análise de estratégias de dominação das elites conservadoras, com o intuito de “colocar uma contrapalavra ao discurso neoliberal hegemônico” e “o devido posicionamento em favor das práticas libertárias e o ingresso nessas práticas” (BONINI, 2012, p. 8).

De acordo com Bonini (2010), a pesquisa em ACG toma como foco dois procedimentos principais: a) identificar e delimitar o objeto a partir do levantamento e da caracterização de problemas sociais; e b) demonstrar a participação do gênero na prática problematizada, focalizando aspectos do gênero e/ou relações entre gêneros. Ambos os procedimentos acentuam a análise de problemas sociais, o que aponta para a ACG como uma perspectiva *crítica*, no sentido de buscar caminhos possíveis para a superação desses problemas e contribuir com práticas de resistência a relações de dominação e exploração.

Ainda segundo a proposta de Bonini (2010), a ACG segue um caminho de investigação que vai do texto para o gênero, do gênero para o discurso, do discurso para as práticas sociais e daí para as estruturas sociais. Ao tomar a análise a partir do texto para o contexto, a ACG busca compreender a relação entre gêneros, discursos e contexto social, partindo do gênero para a análise de aspectos discursivos e suas implicações nas práticas sociais. É nesse sentido que Bonini (2010) esboça uma distinção entre a ADC e a ACG:

Análise crítica de gêneros (gênero → discurso), que estuda gênero e seus componentes, como parte das discussões em torno de problemas sociais (racismo, xenofobia, assimetrias de poder, etc.); e

Análise de discurso crítica (discurso → gênero), na qual problemas sociais são estudados do ponto de vista de representações discursivas e relações sociais, em que gêneros ou componentes genéricos funcionam como ferramentas para demarcar a contexto (p. 491-492).

A ACG parte de gêneros para a compreensão de modos de representação do mundo e de processos de identificação nas práticas sociais. A esse respeito, Lima (2013, p. 34) explica que “a ADC parte, em geral, do macro para o micro: Estruturas Sociais > Práticas Sociais > Discurso > Gênero > Texto; a ACG parte, na maior parte dos casos, do micro para o macro: Texto > Gênero > Discurso > Práticas Sociais > Estruturas Sociais”. Essa perspectiva tem como foco analisar gêneros específicos e sua atuação na legitimação de discurso e modos de identificação relacionados a problemas sociais.

É importante ressaltar que a ACG trata-se de uma abordagem interdisciplinar que une concepções, sobretudo, da Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), da ADC e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

Na análise textual e genérica, a ACG aplica categorias de análise sociorretórica para identificar os movimentos retóricos e compreender a organização retórica do gênero, tendo como base os pressupostos de Swales (1990). A análise de movimentos retóricos contribui para a compreensão de como o gênero se organiza e de como seu funcionamento implica propósitos sociodiscursivos particulares. A ACG busca traçar na análise os movimentos de sentido que não só orientam a organização do gênero, mas também orientam suas ações nas práticas sociais. Busca-se compreender como “o modo de estruturação retórica de um gênero está intimamente relacionado com certos fatores sociodiscursivos” (LIMA, 2013, p. 51).

Já na ADC, a ACG encontra elementos importantes para a investigação de problemas sociais relacionados a gêneros. Por meio da análise da relação entre as estruturas e ações sociais, a abordagem crítica de gêneros foca em questões relacionadas a problemas sociais, a fim de desvelar as teias do poder associadas a aspectos políticos e morais da vida social (FAIRCLOUGH, 2003), e, com isso, busca “relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 16).

A ADC também oferece à ACG uma perspectiva interdiscursiva que combina a análise de gêneros à análise de modos de representação e de identificação. Partindo disso, a análise de gêneros objetiva desvelar representações ideológicas que atendem as demandas de grupos dominantes. Como afirma Bonini (2012, p. 6), “a ACG toma como contexto inicial da análise as práticas sociais desiguais (a manipulação midiática, por exemplo) a partir das quais representações, relações sociais e identidades podem ser investigadas em termos de gênero”.

A LSF influencia, em especial, a análise da relação entre gênero e contexto. A ACG recorre aos elementos do viés funcionalista para compreender as maneiras pelas quais gêneros agem no mundo, no contexto social. No estudo de gêneros, pode-se investigar aspectos léxico-gramaticais, processos de transitividade, relações funcionais entre orações e outros aspectos propostos pela LSF.

Essa abordagem contribui para a reflexão sobre o papel dos gêneros nos contextos, nas interações e nos papéis sociais desempenhados pelos participantes dessas interações. Motta-Roth (2011) aponta que a análise do papel dos gêneros nos contextos sociais contribui para responder algumas questões relevantes sobre a relação dialética entre gêneros, práticas sociais e práticas discursivas. Dentre essas questões, estão: a) “Qual a relevância do gênero para o contexto? Ele ajuda a definir esse contexto? Como?”; b) “Com que frequência as pessoas se engajam nesse gênero para interagir socialmente?”; c) “Qual(ais) o(s) objetivo(s) dos participantes dessa interação, i.e., por que leem ou escrevem?”; d) “Que resultados ou efeitos são pretendidos/causados?”; e) “Como a comunidade influencia ou controla os parâmetros desse gênero?” (p. 167-168).

O caráter interdisciplinar da ACG permite que a pesquisa combine diferentes perspectivas e métodos, partindo da definição de um problema social e de métodos que servem para produzir análises que contribuem para a conscientização sobre como gêneros atuam nas estruturas sociais, estabelecendo, sustentando ou superando relações assimétricas de poder. Entre os aspectos inerentes ao gênero que podem ser investigados, Bonini (2012, p. 6) sugere “as ações de produção, leitura, organização genérica, os sistemas de gêneros, os conjuntos de gêneros, a organização da mídia, o hipergênero, o jogo de vozes, a léxico-gramática, a modalização, a multimodalidade, a metáfora, os papéis sociais, os silenciamentos, etc.”.

2.1 O percurso metodológico

A análise que apresentamos neste trabalho parte de uma amostra de reportagem da revista *Veja*, selecionada de um exemplar do mês de março:

- *Veja*, n. 2418, 25 de março de 2015. Capa: “A súbita força de Eduardo Cunha”.

Figura 1 – Capa da edição da revista *Veja*



Fonte: *CartaCapital*, n.842 (capa); *Época*, n. 876 (capa); *IstoÉ*, n. 2364 (capa); *Veja*, n. 2418 (capa)

A revista *Veja* é a semanal de informação com maior tiragem e circulação no Brasil. A tiragem média da revista corresponde a uma média de 1.118.800 exemplares¹. Observamos as publicações da revista durante o mês de março e selecionamos a edição de 25 de março de 2015, por verificarmos que na capa há indicações de que a revista reporta sobre atores sociais específicos do cenário político. Selecionamos para a análise, portanto, a reportagem de capa desta edição.

Como procedimentos de análise, tomamos categorias analíticas que mais se relacionam com os aspectos constitutivos peculiares ao gênero reportagem. Esse gênero é caracterizado por suas ações de informar e interpretar acontecimentos da realidade social, a partir de narrativas que não buscam extremos de imparcialidade (VILAS BOAS, 1996); pelo contrário, buscam opinar e avaliar os fatores que envolvem a notícia. Nesse sentido, a análise desse gênero pode garantir mais possibilidades de reflexão sobre suas ações nas práticas de manipulação midiática. Analisamos, por conseguinte, os seguintes procedimentos retórico-discursivos da reportagem: a avaliação (sistema de transitividade), a construção de metáforas e a intertextualidade.

A avaliação consiste numa categoria de suma importância para a análise de aspectos do significado identificacional. De acordo com Fairclough (2003), a avaliação permite investigar processos de identificação em textos por meio da análise de apreciações ou perspectivas do falante/escritor sobre aspectos do mundo. Recorremos, inclusive, aos pressupostos do sistema de avaliatividade, proposto por Martin e White (2005), que tem base no arcabouço teórico da LSF. Lima e Coroa (2010), ao estudarem o sistema de avaliatividade, apontam que avaliações são fundamentais para a composição do gênero reportagem.

Adotamos o conceito de metáfora segundo Lakoff e Johnson (2002). Na perspectiva dos autores, uma metáfora (conceptual) é uma maneira convencional de conceituar um domínio de experiência em termos de outro, partindo de nossas experiências com o mundo, de nossos comportamentos e nossas relações sociais na vida cotidiana. Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 146), “as metáforas moldam significados identificacionais, pois, ao selecioná-las num universo de outras possibilidades, o/a locutor/a compreende sua realidade e a identifica de maneira particular”. Buscamos na análise de representações metafóricas identificar modos pelos quais atores sociais políticos são identificados e, com isso, compreender algumas estratégias de dissimulação e legitimação de posicionamentos ideológicos.

¹Informação referente ao ano de 2015, disponível em: <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral>. Acesso em 12 jun. 2015.

Por fim, a intertextualidade é um conceito proveniente das discussões de Bakhtin (2011), que diz respeito à relação que um texto estabelece com outros textos que o antecedem, por meio de citações, paráfrases, resumos de atos de fala, comentários etc. Textos articulam outros textos por meio da articulação de vozes específicas. Nesse sentido, a intertextualidade permite investigar a articulação de vozes específicas em gêneros, o que contribui para investigar práticas discursivas na sociedade que estão relacionadas a lutas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001). Na análise das conexões intertextuais da reportagem, buscamos observar a presença e/ou ausência de vozes articuladas e o modo como foram articuladas.

3 Análise e discussão

Analisamos a seguir a reportagem “O poderoso Cunha”, escrita por Adriano Ceolin. A reportagem informa e interpreta sobre acontecimentos recentes que envolvem a Câmara dos Deputados e seu presidente atual, Eduardo Cunha. Nesse contexto, a reportagem tece uma narrativização em torno da identificação, em especial, do deputado e da presidente Dilma Rousseff (cf. Figura 2).

Figura 2 – Reportagem da revista *Veja*





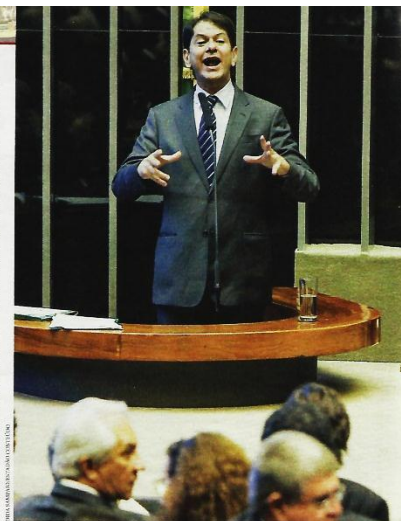
BRASIL

DEMITIDO Após apontar a existência de "achacadores" no Congresso, Cid Gomes acabou demitido. Cunha foi quem anunciou sua saída

petista. Desde então, ele vem impondo à presidente uma sequência de derrotas e constrangimentos. Quanto mais ela se fragiliza, mais de exercício os ministros. Esse intercâmbio de poder ficou claro na semana passada. Cunha convocou Cid Gomes a prestar esclarecimentos na Casa por ter declarado que lá se encontravam "400.000 achacadores". Cid entrou ministro da Educação e quando saiu era ex-ministro. Cunha exigiu a sua demissão e conseguiu. Para sublinhar a vitória, anunciou de próprio a saída do ministro — e fez isso sentado em sua cadeira de presidente da Câmara, antes mesmo da divulgação oficial da notícia.

Ao mandar para casa um quadro percentual à cota pessoal da presidente e peça-chave na estratégia governista de reduzir o poder do PMDB, Cunha, aos olhos de correligionários, "vingou" a sigla. Colegas passaram a chamá-lo de "primeiro ministro". "Ele se tornou a principal pessoa a enfrentar o PT e o governo. Isso estava faltando ao nosso partido", diz o ex-presidente José Sarney. Não que a proclamação verbal de Cunha tenha sido verbal incoerência verbal da família. Gomes não tinha facilitado a façanha.

Cid Gomes — como já havia feito antes seu irmão, Ciro Gomes, ex-ministro e ex-candidato a presidente da República — caiu praticamente sozinho, destruído



Cunha, o pragmático

1991 O nascimento político

Economista, Eduardo Cunha entrou no setor público ao assumir a presidência da Telerj por indicação de PC Farias, tesoureiro de Fernando Collor. Saiu em 1993, depois de um impeachment. Voltou a ser indicado em 1996, pelo PP. Para nós, deputados, foi a melhor gestão. A gente pede uma linha, um pedido, ele atendia em uma semana", justificou o pai da indicação, o então deputado Francisco Silva. FHC rejeitou seu nome.



Economista oriundo do setor privado, o presidente da Câmara fez carreira na política com alianças controversas mas bem-sucedidas

1996 A conversão

Por influência do novo padrinho político, Cunha converte-se à religião evangélica e entrou para a Sara Nossa Terra, do bispo Robson Rodolfo. Em 1996, conheceu a segunda mulher, a apresentadora da Rede Globo Cláudia Cruz. Depois de engessar na política, candidatou-se em 1998 a deputado estadual, mas teve apenas 15.000 votos e viu suplente. Foi a primeira e última derrota. Desde então, ele ganhou um programa diário, que mantém até hoje no rádio de Silva, a Melodia, uma das mais ouvidas no Rio. Aliou-se a Anthony Garotinho e passou a trabalhar dia e noite para vencer a eleição seguinte.



SÓ NO RECADINHO

O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, ligou para Cunha para avisar que Cid estava para porem demissão, foi a vingança

pela própria língua. Sua fala no plenário da Câmara começou com uma tentativa de reboar de se desculpar e terminou aos berros, com mais acusações de achaque, dessa vez dirigidas especialmente ao presidente da Casa. Orientado por ele, o PMDB ameaçou abandonar a base governista. "Se o presidente não o demitisse, estaria indicando que não há Legislativo no Brasil", declarou Eduardo Cunha. "Apenas defendi o Poder. O conceito de Parlamento submisso estava muito enraizado." A presidente não gosta do deputado. Em privado, já repetiu o que Cid Gomes disse em público.

Dilma não tem força para confrontar o peemedebista ou impor-se ao Congresso.

Isso é novidade no presidencialismo brasileiro, um sistema cuja estabilidade repousa no excesso de poder do chefe do Executivo e na fragmentação dos partidos no Congresso. Desde a redemocratização, o presidente da República do Brasil fez as leis e o Orçamento, relegando o Congresso ao papel de chancelador das decisões do Pa-

risso de poder no Brasil, nos Estados Unidos se leis são feitas pelos deputados e senadores. O Orçamento também é de responsabilidade do Parlamento. Portanto, é salutar a crescente independência demonstrada pelo Congresso Nacional em Brasília. O símbolo mais acabado destes novos tempos é o deputado Eduardo Cunha.



2015

A vitória na Câmara Cunha consagrou sua estratégia vitoriosa para a presidência da Câmara ainda nas eleições de 2014. Além de conquistar a terceira maior votação do Rio para o Parlamento, ele arrecadou recursos entre empresários amigos para a campanha de dezenas de aliados no baixo clero, negociou o voto de cada deputado em troca de cargos e chegou a Brasília com a futura praticamente liquidada. Venceu no primeiro turno e derrotou o PT e o PSDB, que apoiou outro candidato.



A central de trapalhadas em que se transformou o Executivo ainda muito a ressurge do Congresso. Como luta ao anjo do mensalão, Dilma tentou, na semana passada, se apossar da bandeira do combate à corrupção, anunciando um mal-ajustado e incoerente conjunto de medidas. Foi atropelada pelos fatos. Acusado por delatores do petróleo de arrear propina para financiar campanhas petistas, inclusive a de Dilma em 2010, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, foi denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Em depoimento às autoridades, Eduardo Leite, até recentemente vice-presidente da Camargo Corrêa, declarou que Vaccari exigiu 10 milhões de reais em doações eleitorais ao PT como forma de compensar o atraso no pagamento de propinas devidas ao partido. Além disso, Renato Duque, ex-diretor de Serviços da estatal, apadrinhado por Lula e José Dirceu, foi preso novamente. Dirceu, por sua vez, entrou definitivamente na mira dos investigadores por ter recebido quase 30 milhões de reais como consultor de grandes empresas, muitas delas investigadas na Operação Lava-Jato (leia reportagem na pág. 64). É difícil haver um cenário pior para o governo. Não há agenda positiva planejada pelos marqueteiros oficiais que resista à realidade do maior esquema de corrupção da história do Brasil.

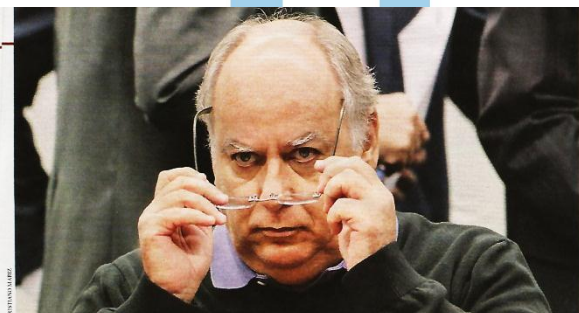
Dilma está acusada pelo avanço das investigações do petróleo e pelos míseros pilões da economia.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, impávido, líder de bancada Brel, agindo em estrita obediência à Constituição e ao regimento da Casa, o deputado Eduardo Cunha passa a impressão de ser a única referência do mundo político que não está se decretando no ar. Quando Dilma e o PT reagiram ao recado das manifestações de rua do domingo 15 com a proposta de uma altamente suspeita reforma política, Eduardo Cunha atirou na testa. "Não vi ninguém nas ruas pedindo reforma política. As pessoas pediram a reforma do governo." Em reuniões privadas, Cunha tem explicado por que não vai encampar propostas de reformas políticas de iniciativa do PT. "O partido do governo quer uma reforma que satisfaga apenas a ele próprio. Isso é inaceitável." O presidente da Câmara foi também o primeiro político poderoso da base aliada do gover-

no a entender e reafirmar sem rodeios o projeto hegemônico petista. "O PT não quer diálogo. Nunca quis. O que o PT quer é o monólogo." Isso não é novidade para ninguém familiarizado com o projeto petista de poder. A novidade está no surgimento de um político capaz de se levantar com sucesso contra esse estado de coisas.

Cunha fez carreira na Câmara com base em sua decantada capacidade de trabalho, disciplina e conhecimento das regras do jogo. Enquanto a maioria das parlamentares delega as questões mais complexas para os assessores legislativos, Cunha, que é economista, estuda e domina os assuntos. Não é por acaso que, dada alguma demanda complexa de setores empresariais, o nome dele é o primeiro a ser lembrado como interlocutor na Câmara. Como só religio trabalha de graça, Eduardo Cunha, conta-se, cobra caro dos empresários por sua dedicação ao tema de interesse deles. Pede doações para as campanhas políticas dos deputados que gravitam ao seu redor. Isso é pouco ético? É discutível, mas quem já teve a oportunidade de convencer Cunha a encampar determinada demanda no Congresso conta que ele pede ajuda dentro da lei eleitoral. "As vitórias atribuídas ao trabalho dele na Câmara com a tramitação de interesses legítimos de grupos econômicos são obtidas

CONTROLE TOTAL
O deputado Hugo Motta, presidente da CPI da Petrobras, escolheu o dedo por Eduardo Cunha, de quem é aliado fiel e com quem costuma se aconselhar



A TEMPESTADE A semana não poderia ter sido pior para o PT e o governo. Renato Duque foi preso e João Vaccari, o tesoureiro do partido, denunciado à Justiça por corrupção

com toda a transparência. Foi assim conosco. Se alguém teve uma experiência diferente, deveria vir a público e falar", diz um empresário do ramo de mineração. A fama de eficiência de Cunha está se espalhando. O banqueiro André Esteves, do BTG, considerado um dos seus aliados, comentou recentemente, nos bastidores de um evento, ter ficado impressionado com o presidente da Câmara: "Ainda bem que ele não é banqueiro. Se fosse, eu estaria frito", disse, bem-humorado.

O nascimento político de Cunha não poderia ter se dado em condições mais suspeitas. Isso ocorreu em 1991, no governo de Fernando Collor de Mello, pelas mãos do tesoureiro PC Farias. Foi PC quem indicou o então assessor parlamentar do PRN para a presidência da Telerj, a antiga companhia telefônica estatal do Rio de Janeiro. Cunha ficou dois anos na empresa. Saiu de lá com a fama de pertencer ao malfadado "esquema PC", que levou Collor ao impeachment, mas entrou definitivamente no jogo. Ao recomendá-lo para presidir novamente a estatal em 1996, o deputado Chico Silva justificou assim a indicação. "Para nós, deputados, foi a melhor gestão. A gente chegava lá, pedia a ligação de uma linha, de um orlheiro. Ele atendia em uma semana." Chico Silva tornou-se o primeiro e o maior padrinho





Fonte: *Veja*, n. 2418, p. 50-56

Na construção da narrativização identitária, os traços avaliativos são um dos elementos fundamentais na construção de modos particulares de identificar atores sociais no gênero reportagem. Elementos avaliativos podem ser observados a partir de declarações que explicitam juízo de valor, afeto, presunções de valor, julgamentos de estima social, dentre outros. Nesse sentido, esses elementos podem apontar mais claramente alguns posicionamentos político-ideológicos defendidos pela revista semanal de informação.

Na proposta de análise do sistema de avaliatividade, Martin e White (2005) discorrem, dentre outras coisas, sobre avaliações que denotam julgamento. O sistema julgamento corresponde à avaliação do comportamento humano, tendo como referência básica normas e convenções sociais. Na análise do gênero reportagem, Lima e Coroa (2010) indicam que esse é um dos recursos avaliativos mais recorrentes no gênero. Segundo os autores, “o fato de o julgamento estar ligado ao fator ético, um domínio que envolve a coletividade social, explica o motivo por que o julgamento é tão frequente” (p. 132-133) em reportagens.

Tomando o caso da reportagem “O poderoso Cunha”, observamos o uso de avaliações que indicam principalmente julgamento de estima social, a partir da construção de uma identificação positiva para o deputado Eduardo Cunha e no sentido contrário para a presidente Dilma Rousseff:

- (1) O recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados emerge como uma força surpreendente, capaz de demitir ministro e imprimir derrotas acachapantes ao Planalto (p. 51).
- (2) Do outro lado da Praça dos Três Poderes, impávido, líder de bancada fiel, agindo em estrita obediência à Constituição e ao regimento da Casa, o deputado Eduardo Cunha (...) (p. 54).
- (3) O presidente da Câmara foi também o primeiro político poderoso da base aliada do governo a entender e refutar sem rodeios o projeto hegemônico petista (p. 54).

- (4) Cunha fez carreira na Câmara com base em sua decantada capacidade de trabalho, disciplina e conhecimento das regras do jogo (p. 54).
- (5) Cunha pode não ser, como parece mostrar seu passado, um monumento à ética. Mas, desde que seus pecados pertençam ao passado e seu compromisso seja com a saúde institucional, a Constituição e a democracia, há esperança, “porque o nosso povo mereeece respeito” (p. 56).
- (6) Quanto mais ela se fragiliza, mais ele se exercita os músculos (p. 52).
- (7) Dilma não tem força para confrontar o peemedebista ou impor-se ao Congresso (p. 53).
- (8) A central de trapalhadas em que se transformou o Executivo ajuda muito a ressurgência do Congresso (p. 54).
- (9) Dilma tentou, na semana passada, se apossar da bandeira de combate à corrupção, anunciando um mal-ajambrado e inconvincente conjunto de medidas. Foi atropelada pelos fatos (p. 54).
- (10) Dilma está acoçada pelo avanço das investigações do petrolião e pelos números pífios da economia (p. 54).

Apresentamos acima trechos que demonstram o modo como os traços avaliativos indicam modos particulares de identificar os atores sociais representados. Os trechos (1) a (5) apontam para uma identificação positiva para Eduardo Cunha, a partir de julgamentos em torno da ideia de sua capacidade de liderança política. Já os trechos (6) a (10) constroem uma identificação negativa justamente a partir de julgamentos que enfatizam a ideia de que a presidente Dilma Rousseff não é capacitada para governar.

Para efeitos da narrativização identitária, a reportagem defende a identificação de Eduardo Cunha como um líder político “impávido”, “poderoso”, forte, capaz de enfrentar, derrotar, de impor-se. O trecho (5) ainda contribui para legitimar a ideia de que o deputado é capaz de solucionar, dar “esperança” para problemas de âmbito político nacional. Enquanto que a presidente Dilma Rousseff é identificada como alguém que é incapaz de tomar medidas satisfatórias, que “não tem força”, frágil.

Desse modo, ao construir para determinados atores sociais narrativizações e identificações positivas e, para outros, narrativizações e identificações negativas, o gênero reportagem atua em serviço da sustentação e reprodução de discursos ideológicos que podem naturalizar modos de identificação e posicionamentos político-partidários.

As construções metafóricas também podem estar associadas, segundo Fairclough (2003), ao significado identificacional. Por realçarem ou encobrirem certos aspectos do que se representa (FAIRCLOUGH, 2001), as metáforas, no sentido proposto por Lakoff e Johnson (2002), orientam construções, veladas ou não, de modos particulares de identificar atores sociais. No aspecto geral, o uso de metáforas pode servir à construção estratégica de operação de ideologias que visam legitimar ou dissimular relações de dominação (THOMPSON, 2011).

Na reportagem da revista *Veja*, a identificação positiva para o deputado Eduardo Cunha é reforçada pela construção metafórica que remete ao famoso romance de Mário Puzo, “O poderoso chefão” – como pode ser observado no título “O poderoso Cunha”. Na verdade, a reportagem não constrói metaforicamente a imagem de Eduardo Cunha associada à do personagem principal do romance. A construção apenas serve para enfatizar a ideia de que o deputado é alguém “poderoso”, um líder político que tem uma “força surpreendente” e que comanda mais habilmente questões políticas do que a própria presidente Dilma Rousseff.

É importante notar também que, cotidianamente, o cenário político é representado metaforicamente em termos de jogo ou de guerra. Elementos linguísticos que constroem a ideia da vida como um jogo ou como uma guerra são também usados para representar o campo político. Na

reportagem, explora-se construções que colocam os atores sociais nesse cenário de jogo político ou guerra política:

(11) Desde então, ele vem impondo à presidente uma sequência de derrotas e constrangimentos (p. 52).

(12) Cunha consagrou sua estratégia vitoriosa para a presidência da Câmara ainda nas eleições de 2014 (p. 53).

O uso de construções como “derrotas”, “estratégia vitoriosa”, “conhecimento das regras do jogo” (cf. trecho 4) não só aponta para a construção conceptual metafórica da ideia de que o cenário político é um cenário de jogo e/ou guerra, mas também reforça a identificação de Eduardo Cunha como um líder político que, nesse cenário, está em vantagem, que tem obtido vitórias (ganhos) e que, por isso, é “poderoso”, tem “força” e mais capacitado.

Já a articulação de vozes em textos (intertextualidade) revela aspectos relevantes acerca do que se representa. Uma das estratégias mais típicas de narrativização no gênero reportagem é o uso articulado de diferentes vozes, que serve, em grande parte, para legitimar alguns posicionamentos ideológicos e/ou refutar outros, por meio da atribuição de autoridade e de identificações específicas para certos atores sociais. Ramalho e Resende (2011) asseveram que, na composição de gêneros específicos, a ausência de algumas vozes e a presença de outras provenientes de textos diversos, bem como a natureza dessa articulação, permite explorar práticas discursivas existentes na sociedade e efeitos potencialmente ideológicos.

Na reportagem “O poderoso Cunha”, há apenas a presença de vozes do deputado Eduardo Cunha e de aliados do mesmo partido político, que são articuladas de tal modo que reforça a identificação construída para os atores sociais.

(13) “Ele se tornou a principal pessoa a enfrentar o PT e o governo. Isso estava faltando ao nosso partido”, diz o ex-presidente José Sarney (p. 52).

(14) Cunha tem explicado por que não vai encampar propostas de reformas políticas de iniciativa do PT. “O partido do governo quer uma reforma que satisfaça apenas a ele próprio. Isso é inaceitável” (p. 54).

(15) “O PT não quer diálogo. Nunca quis. O que o PT quer é o monólogo” (voz de Eduardo Cunha) (p. 54).

As vozes presentes são articuladas de modo a legitimar as ideias e posicionamentos já defendidos pela revista por meio da reportagem. No trecho (13), por exemplo, a escolha por esse recorte da fala do ex-presidente José Sarney serve para legitimar o modo como o deputado Eduardo Cunha é identificado e representado. A voz de Eduardo Cunha, por sua vez, nos trechos (14) e (15), é colocada num contexto em que a identificação construída (principalmente a partir do uso de avaliações e construções metafóricas) positivamente lhe atribui voz de autoridade. Essa articulação explicita também o posicionamento político-partidário da revista, contrário ao partido PT e ao governo da presidente Dilma Rousseff.

Compreendemos, por fim, que os elementos retórico-discursivos em foco – a avaliação, a metáfora e a intertextualidade – contribuem significativamente para a construção da narrativização identitária no gênero reportagem. A narrativização identitária, por sua vez, aponta para o modo como a revista semanal de informação busca legitimar seus posicionamentos político-ideológicos. Tomando a reportagem “O poderoso Cunha” como exemplo, observamos que a narrativização identitária não só serve para construir modos particulares de identificar atores sociais do âmbito político, mas também é usada para legitimar interesses sociopolíticos e partidários específicos.

Considerações finais

A discussão que propomos neste trabalho serviu para mostrar algumas das estratégias usadas no gênero reportagem para construir narrativizações identitárias e, conseqüentemente, construir modos de identificação favoráveis a certos atores sociais e não tão favoráveis assim para outros. A análise demonstrou também que a construção da narrativização identitária nesse gênero pode estar atrelada a ações da revista semanal de informação em favor de interesses político-partidários particulares.

A narrativização identitária, portanto, pode ser compreendida como uma estratégia potencial de operação de ideologias que visa justificar e legitimar posicionamentos específicos associados às práticas de manipulação midiática e política. Isso mostra o quanto o gênero reportagem pode atuar potencialmente nas práticas sociais, influenciando posicionamentos político-ideológicos.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BAUMAN, Z. *Identidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BHATIA, V. K. Interdiscursivity in critical genre analysis. In: BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. C.; RAUEN, F. (Org.). *Proceedings from the 4th International Symposium on Genre Studies (SIGET)*. Tubarão: Unisul, 2007. v. 1, p. 391-400. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/English/36i.pdf>>.

_____. Towards Critical Genre Analysis. In: BHATIA, V. K.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. H. (Ed.). *Advances in discourse studies*. London: Routledge, 2008. p. 166-177.

_____. *Worlds of written discourse: a genre-based view*. London New York: Continuum, 2004.

BONINI, A. Análise crítica de gêneros jornalísticos. 2012. SBJor. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov. 2012. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1776/292>>

_____. Critical genre analysis and professional practice: the case of public contests to select professors for Brazilian public universities. *Linguagem em (dis)curso*, v. 10, p. 485-510, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HALL, S. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

LIMA, S. *Hipergênero*: agrupamento ordenado de gêneros na constituição de um macroenunciado. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-graduação em Linguística, 2013.

LIMA, S.; COROA, M. L. M. S. Configuração e papel do sistema de avaliatividade no gênero reportagem. *Calidoscópio*, v. 8, n. 2, p. 127-137, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/calidoscopio/article/view/471/68>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MARTIN, J.R.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave, 2005.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

_____. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B., BRITO, K. S. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VILAS BOAS, S. *O estilo magazine*. São Paulo: Summus, 1996.

i **Amanda O. RECHETNICOU**, Mestranda em Educação, Linguagem e tecnologias

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

amanda_yea@hotmail.com

ii **Sostenes LIMA**, Doutor em Linguística

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

limasostenes@gmail.com